

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL E HOLÍSTICA

JOSÉ FRANKLIN DE SOUSA

Pós-graduado pela PUC-SP em Direito Processual Civil e Direito do
Consumidor

O autor é advogado em São Paulo e Fortaleza. Graduado e pós-graduado pela PUC-SP. Especialista em Direito Processual Civil e Direito do Consumidor. Publicou as seguintes obras, todas pela Editora J. H. Mizuno: Elementos da Ação Cautelar, Responsabilidade Civil e Intervenção de Terceiros e Coisa Julgada.

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL E HOLÍSTICA

ÍNDICE

1.Noções gerais.....	4
2.Filosofia na Educação Infantil.....	64
3.O que a Escola deveria aprender antes de ensinar?.....	78
4.Educação a menores infratores.....	82
5.Métodos de educação.....	86
6.Educação no século XXI.....	107
7.Educação básica.....	130
8.Ensino Superior.....	202
9.Educação especial.....	225
10.Educação e filosofia.....	242
11.Educação holística.....	261
Bibliografia.....	329
Notas.....	411

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL E HOLÍSTICA

1.Noções gerais.

A educação abrange a comunicação e a informação. Em sentido amplo a educação é o meio fundamental para que os hábitos, costumes, comportamentos e valores de uma sociedade sejam transferidos de geração em geração, de acordo com a evolução da coletividade como um todo.

Em geral, a educação como um todo engloba a aplicação de métodos de ensino que tem como objetivo assegurar a formação e o desenvolvimento pessoal e profissional de determinada pessoa.

O processo educacional está diretamente ligado aos conceitos de pedagogia e didática, onde a ele é responsável diretamente pelo ato de educar, instruir, disciplinar e construir novos conhecimentos. Daria tudo do que eu sei pela metade do que ignoro (René Descartes).

O que sei significa conhecimento, e o que ignoro é a falta, é o que não conheço. A liberdade é medida pela dimensão do conhecimento, por isso não podemos permanecer presos pela ignorância.

Podemos recorrer a François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire, para afirmar que 'posso não concordar com nenhuma palavra que tu dizes, mas defenderei até a morte o direito de dizê-las'. E *honeste vivere* (viver honestamente), *alterum non laedere* (a ninguém lesar) e *suum cuique tribuere* (dar a cada um o que é devido).

O ser humano parou de pensar de uma forma verdadeira e crítica, entregando-se aos prazeres momentâneos e a algumas boas sensações, satisfazendo-se a si mesmo, sem qualquer senso crítico.

'A ignorância é tão ruim (ou pior) que a ilusão do conhecimento'. (Rafael Rodrigues). 'A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta; e somente esta: a ignorância! Ela é a mãe da servilidade e da miséria'. (Rui Barbosa). 'O maior inimigo do conhecimento não é a ignorância, mas sim a ilusão da verdade' (Stephen William Hawking).

Atualmente, uma nova modalidade de ensino vem evoluindo bastante no cenário nacional, que é o do ensino a distância, também conhecido como EAD. Esse novo modelo se baseia na tecnologia educacional para tal.

A educação a distância (EAD) se utiliza da tecnologia para promover um ambiente virtual de aprendizagem totalmente interativo, dinâmico e eficiente e

está conquistando cada vez mais pessoas a partir da evolução do perfil comportamental das mesmas.

O processo educacional como um todo está sofrendo uma grande evolução de uma maneira em geral. Como as pessoas estão mudando bastante, a educação também vem se transformando bastante culminando com o sucesso do ensino a distância.¹

A educação pode ser definida como sendo o processo de socialização dos indivíduos. Ao receber educação, a pessoa assimila e adquire conhecimentos.

A educação também envolve uma sensibilização cultural e de comportamento, onde as novas gerações adquirem as formas de se estar na vida das gerações anteriores.

O processo educativo é materializado numa série de habilidades e valores, que ocasionam mudanças intelectuais, emocionais e sociais no indivíduo.

De acordo com o grau de sensibilização alcançado, esses valores podem durar toda a vida ou apenas durante um determinado período de tempo.²

Educação é o ato de educar, de instruir, é polidez, disciplinamento. Mas, em seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte.

A educação vai se formando por meio de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida. O conceito de educação engloba o nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e a sua capacidade de socialização.

A educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade (René Hubert).

No sentido técnico, a educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo.

Educação (do latim *educations*) no sentido formal é todo o processo contínuo de formação e ensino, aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados.

No Brasil, à luz da Lei de Diretrizes e Bases (lei 9494/1996), a educação divide-se em dois níveis, a educação básica e o ensino superior. A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

A educação nacional remete para o grupo de órgãos que fazem a gestão do ensino público e fiscalização do ensino particular.

No processo educativo em estabelecimentos de ensino, os conhecimentos e habilidades são transferidos para as crianças, jovens e adultos sempre com o objetivo desenvolver o raciocínio dos alunos, ensinar a pensar sobre diferentes problemas, auxiliar no crescimento intelectual e na formação de cidadãos capazes de gerar transformações positivas na sociedade.³

A história da educação se confunde com a história da humanidade. O processo de educação do ser humano foi fundamental para o desenvolvimento dos grupos sociais e de suas respectivas sociedades, razão pela qual o conhecimento de sua história e experiências passadas são essenciais para a compreensão dos rumos tomados pela educação no presente.⁴

A Educação é a forma de construção de conhecimentos e atitudes necessárias para integração do homem à sociedade. Portanto, acontece em dois momentos distintos: primeiro, como educação familiar, segundo, como educação erudita.

No transcorrer da história, a educação passa por grandes transformações em sua metodologia e também na forma de transmissão e assimilação de conhecimento.

Nas sociedades tribais, a educação era difusa, ou seja, transmitida de pai para filho por meio da prática e da vivência diárias. Nas primeiras sociedades 'os mitos e ritos são transmitidos oralmente, e a tradição se impõe por meio da crença'.

A educação se dava por aquilo que as crianças viam e ouviam cotidianamente, criando repetições de comportamento e consequentemente uma tradição.⁵

Na Antiguidade Oriental, a educação passa a ser tradicionalista, e o ensino privilégio de uma pequena elite, ficando a grande massa excluída e

restrita à educação familiar informal. Já a educação grega, buscava a formação integral, corpo-espírito e o debate intelectual.

Na Grécia nasce a Filosofia, da Grécia vêm os sofistas, o diálogo socrático, a utopia de Platão e a pedagogia aristotélica, que, embora apresentasse algumas semelhanças com a grega, ao contrário desta, era mais literária do que filosófica.

Na Idade Média, os parâmetros educacionais fundamentam-se na ideia do homem como criatura divina, que está na Terra apenas 'de passagem', e deve preocupar-se primeiramente em salvar a alma e a vida eterna.

Há o surgimento da Patrística, a defesa da fé e conversão dos não cristãos, e da Escolástica, a mais alta expressão da filosofia cristã medieval, que recebeu esse nome por tratar-se de uma filosofia ensinada nas escolas.

A educação no período medieval ficava a cargo do clero, que pregava uma visão de mundo Teocentrista, com métodos rigorosos e formais.

Durante o período do Renascimento ocorre uma transformação nessa visão, o movimento conhecido como Humanismo, esforça-se para superar o teocentrismo, enfatizando os valores antropocêntricos.

A busca pela individualidade do ser humano, do poder da razão e do espírito de liberdade crítica, em oposição ao princípio da autoridade.

Por iniciativa de particulares leigos são criadas escolas que melhor se adaptam ao espírito do humanismo. É durante esse período que surgem nomes como Erasmo de Rotterdam e Michel de Montaigne.

Também no mesmo período ocorre a Reforma Protestante, pela qual a Igreja Católica responde com a Contra Reforma, que entre outras medidas, cria a Companhia de Jesus.

A Ordem estabelece uma rígida disciplina e seus seguidores, os 9 jesuítas tinham como objetivo inicial a propagação missionária da fé.

A história da educação no Brasil começou em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, inaugurando uma fase que haveria de deixar marcas profundas na cultura e civilização do país.

No Brasil os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. De Salvador a obra jesuítica estendeu-se para o sul, e, em 1570, já era composta por cinco escolas de instrução elementar e três colégios. Porém,

o sistema educacional dos jesuítas era elitista e privilegiava esse pequeno grupo à ascensão social.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil a educação ficou em segundo plano para os dirigentes do país e manteve-se assim durante o Império.

Somente a partir da proclamação da República, em 1889, a educação começou a ser mais valorizada, dando início ao seu processo de desenvolvimento. A partir de então passou a ser mantida pelo poder público, tornou-se obrigatória a todos e foi vista como uma forma de mobilidade social.⁶

No século XX muitas mudanças e conquistas aconteceram na área da educação, mas até hoje, século XXI, luta-se por escolas de boa qualidade a todos. Continua a dívida na educação universalizada e de qualidade.⁷

O processo de educação do ser humano foi fundamental para o desenvolvimento dos grupos sociais e de suas respectivas sociedades, razão pela qual o conhecimento de sua história e experiências passadas é essencial para a compreensão dos rumos tomados pela educação no presente.

O processo de educação do homem foi fundamental para o desenvolvimento dos grupos sociais e de suas respectivas sociedades, razão pela qual o conhecimento de sua história e experiências passadas é essencial para a compreensão dos rumos tomados pela educação no presente.⁸

Tomando a herança cultural deixada pela antiguidade como a fonte principal sobre a qual a civilização ocidental se ergueu, o legado deixado pelas principais cidades estados da Grécia Antiga, Esparta e Atenas, constitui-se como princípio de organização social e educativa que serviu de modelo para diversas sociedades no decorrer dos séculos.

Reconhecida por seu poder militar e caráter guerreiro, o modelo de educação espartano baseava-se na disciplina rígida, no autoritarismo, no ensino de artes militares e códigos de conduta, no estímulo da competitividade entre os alunos e nas exigências extremas de desempenho.⁹

Por outro lado, Atenas tinha no logos (conhecimento) seu ideal educativo mais importante. O exercício da palavra, assim como a retórica e a polêmica, era valorizado em função da prática da democracia entre iguais.

Como herança da educação ateniense surgiram os sofistas, considerados mestres da retórica e da oratória, eles ensinavam a arte das palavras para que seus alunos fossem capazes de construir argumentos vitoriosos na arena política.

Resultado da mesma matriz intelectual, porém em oposição ao pensamento sofista, o filósofo Sócrates propunha ensinar a pensar, mais do que ensinar a falar, por intermédio de perguntas cujas respostas dependiam de uma análise lógica e não simplesmente da mera retórica.

Apesar de concepções opostas, tanto o pensamento sofista como o pensamento socrático contribuíram para a educação contemporânea por meio da valorização da experiência e do conhecimento prévio do aluno enquanto estratégias que se tornaram muito relevantes para o sucesso na aprendizagem do aluno na contemporaneidade. É visível os traços da tradição espartana na educação medieval.

Os estudantes eram formados de acordo com o pensamento conservador da época e a educação desenvolvida em consonância com os rígidos dogmas da Igreja Católica.

Até o século XVII os valores morais e até mesmo os ofícios responsáveis pela garantia da subsistência eram transmitidos em grande parte dentro dos próprios círculos familiares, sendo que esses valores e códigos de conduta eram profundamente influenciados pelo pensamento religioso.

Em contrapartida, com as Reformas Religiosas e o Renascimento iniciava-se uma nova era para o Ocidente e é marcada pelo ressurgimento dos ideais atenienses nos discursos sobre os objetivos da Educação.

O conhecimento era tido como um corpo sagrado, essa matriz de pensamento permaneceu dominante e foi grande responsável pela concepção do papel da educação desde o desaparecimento do Antigo Regime até a constituição dos Estados Nacionais: o conhecimento passa a ser organizado para ser transmitido pela escola, através da autoridade do professor enquanto sujeito detentor do saber e mantenedor da ordem e da disciplina.

Foi esse modelo de educação escolar centrado na figura do professor como transmissor do conhecimento que se expandiu ao longo dos séculos XVIII e XIX, impulsionado pela Revolução Industrial e a consequente urbanização e aumento demográfico.

Além disso, o fortalecimento e expansão de regimes democráticos influenciou a reivindicação pelo acesso à escola enquanto direito do cidadão e à educação passa a ser atribuída a tarefa de formar cidadãos, cientes de direitos e deveres e capazes de exercê-los perante a sociedade.

A partir de meados do século XIX, portanto, o modelo hierarquizado e autoritário de educação que caracterizou as instituições escolares até então

passou a ser questionado por educadores como Maria Montessori, na Europa, e John Dewey, nos Estados Unidos.

Impulsionados pelo desenvolvimento dos estudos de psicologia sobre aprendizagem e desenvolvimento humano, e com críticas a pedagogia tradicional e a forma como os conteúdos curriculares eram impostos aos alunos, esses e outros educadores passaram a reivindicar a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem.

Dessa forma, e como mencionado anteriormente, essas propostas resgataram princípios atenienses de educação ao valorizar a experiência anterior do aluno e seus conhecimentos prévios à aprendizagem escolar.

Em função dessa trajetória histórica, cabe salientar que a Educação não atendeu sempre aos mesmos tipos de objetivos e toda a sua análise requer, antes de tudo, um intenso esforço de reflexão e contextualização.

Por esse caminho pode-se melhor compreender métodos e teorias educacionais, pois observamos traços presentes nas práticas educativas atuais que remetem a herança deixada pelos modelos educativos analisados até aqui.

Se, de um lado, está o valor da disciplina e do conhecimento a ser transmitido pela escola; e, de outro lado, a ideia de que o conhecimento é construído e conseqüentemente ninguém ensina nada a ninguém de forma definitiva.

É importante a constatação de que essas correntes de pensamento não se excluem, uma vez que nos dias atuais é necessário conciliar o valor do conhecimento ao valor do engajamento dos alunos como estratégia para sanar as exigências de um mundo em contínuo desenvolvimento e marcado pelo fluxo constante de informação disponível a uma ampla gama de pessoas situadas em diferentes regiões do mundo.

Como salienta Moacir Gadotti,¹⁰ o conhecimento tem presença garantida em qualquer projeção que se faça sobre o futuro; contudo, os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar de maneira satisfatória o impacto das tecnologias da informação sobre a Educação.

Logo, será preciso trabalhar em dois tempos: o tempo do passado e o tempo do futuro. Fazendo de tudo para superar as condições de atraso e, ao mesmo tempo, criando condições para aproveitar as novas possibilidades que surgem por meio desses novos espaços de conhecimento.

O mundo social reflete sempre o grau do conhecimento humano (Pontes de Miranda). O direito continua a ser elaborado e explicado segundo os métodos dos tempos romanos e da Idade Média (Pontes de Miranda).

O estudo do direito exige uma síntese de todos os métodos conhecidos de pesquisa, mantendo uma relação aos resultados do conhecimento humano contemporâneo (Pontes de Miranda).

O homem é livre se não está obrigado a obedecer a nenhuma pessoa, mas unicamente às leis (Kant). O homem é o único ser capaz de fazer mal a seu semelhante pelo simples prazer de fazê-lo (Schopenhauer). *‘Aquellos que no pueden recordar su pasado están condenados a repetirlo’* (George Santayana).

A escola tem uma classe dominante e uma classe dominada. A primeira tem o monopólio do saber. A segunda tem o monopólio da ignorância. (Rubem Alves). A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. ‘Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer’.

O professor não ensina, mas arranja modos de a própria criança descobrir. Cria situações-problemas. O papel do professor para Jean Piaget é criar situações compatíveis com o nível de desenvolvimento de cada aluno, de acordo com a sua idade e fase. Interagir e agir é a chave para aprender.

O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram. É dessa forma que o aluno / criança tem um papel ativo na elaboração das suas ideias, ações, gestos.

Assim diz Piaget: ‘O ser humano é ativo na construção de seu conhecimento e não uma massa ‘disforme’ a ser moldada pelo professor’. ‘O ideal da educação não é aprender ao máximo, maximizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender, é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola’. ‘O que vemos muda o que sabemos. O que sabemos muda o que vemos’.

O conhecimento não é predeterminado pela hereditariedade; não é predeterminado nas coisas que nos rodeiam, em conhecer as coisas ao seu redor, o sujeito sempre acrescenta algo a elas. A liberdade é medida pelo cabedal de conhecimento, algo que não se adquire apenas em época de eleição.

Pode-se acompanhar a política no mundo durante muitos anos e ainda assim não se consegue afirmar que se tem conhecimento suficiente a respeito do tema. No entanto, percebo muitas pessoas opinando de forma até mesmo arrogante, em conclusões afoitas, açodadas.

É preciso pensar, perscrutar, interrogar a nós mesmos. Depois de tudo isso, podemos chegar a uma conclusão abalizada e bem fundamentada, baseada em dados reais e consistentes, contextualizados.

O primitivo já se esforçava para agir em comunidade, embora não organizada como vemos hoje, mas sempre lutou pela convivência social.

O conceito de família tem mudando muito, especialmente neste século XXI, cujas informações chegam ao ser humano com uma velocidade astronômica e em grande quantidade. Isso leva o ser humano a deixar de analisar os acontecimentos com a profundidade que merece.

A superficialidade das informações revela uma indelével absorção do conhecimento inadequado da realidade que nos cerca.

O ser humano já chegou a vários planetas do sistema solar, mas ainda vemos bilhões de pessoas carentes de bens básicos. A visão humana sobre os objetos é sempre parcial. Se alguém conseguir ver a totalidade de um determinado objeto, certamente de humano não se trata.

Quando vemos um objeto pela sua frente, não conseguimos vê-lo na sua parte anterior. Olhamos para uma bola e não vemos toda a sua esfera.

Apenas idealizamos o que existe no lado que não conseguimos ver. Até mesmo um mesmo objeto visto por alguns, leva a um entendimento parcial e diferente de cada um deles.

Como é fácil apresentar conclusões açodadamente! Isso é o mais comum. Nessa medida, precisamos questionar tudo que se nos apresenta.

Os estoicos não admitiam, então, sentimentos como a paixão e outras emoções. Segundo esse movimento, o ser humano, a verdadeira felicidade dependia apenas de suas virtudes, como pregava Sócrates, pois o vício era considerado um mal absoluto.

A paixão era considerada má e as emoções seriam sempre um vício da alma. Assim, cada ser humano deve viver de acordo com a natureza, com plena autonomia.

O homem deve optar por reagir sempre com calma e tranquilidade e com parcimônia, reprimindo os fatores externos que comprometam sua capacidade de julgamento e ação.

Immanuel Kant, no início do século XIX, afirmou que as coisas têm preço, e as pessoas dignidade, fazendo, assim, novas as noções de dignidade e de indignidade.

Nem imaginava o quanto isso modificaria o pensamento contemporâneo e faria nascer o que se chama hoje 'direitos humanos'.

Portanto, a locução 'dignidade da pessoa humana' é uma criação kantiana, embora tenha ele usado originalmente 'dignidade da natureza humana', tornando-se a palavra de ordem de todos os ordenamentos jurídicos contemporâneos.

A dignidade da pessoa humana além de ser um macro princípio constitucional, é o vértice do Estado Democrático de Direito.

É a compreensão da dignidade da pessoa humana que se começou a considerar e a valorizar a humanidade de cada sujeito em suas relações pessoais, sociais e consigo mesmo.

O sujeito de direitos, como sujeito de desejos que também é, passou a ser reconhecido como um sujeito desejante, isto é, o direito a ser humano com todas as suas mazelas e idiosincrasias.¹¹

A filosofia é emocionante e, também perturbador, porque abre novas perspectivas sobre o mundo e nós mesmos e fornece instrumentos importantes para pensar mais claramente em um vasto domínio de contextos (Nigel Warburton).

Uma introspecção se faz necessária para tentar entender o que vemos. Algo difícil, porque a mesma coisa pode ser vista de forma diversa por cada um observador. Se alguém olha para uma cadeira tem uma visão pelo lado que está vendo este objeto. Não podemos ver um objeto na sua totalidade.

É sempre uma visão parcial. Por isso devemos ter cuidado com os conceitos e as conclusões açodadas. Somente chegamos a ver uma realidade como ela é, se tomarmos todos os conhecimentos de sua totalidade.

Nesse sentido, as informações sobre determinado fato ou objeto devem ser muito bem analisadas e verificadas, especialmente em relação à fonte dessa comunicação.

A ideia de que pode haver mais sobre a realidade do que a realidade nos mostra é cada vez mais explorada, tanto na filosofia quanto na física.

A filosofia é um meio para tirarmos da escuridão do comodismo e direcionarmos 'em direção à luz da sabedoria das soluções'. Ela nos faz entender o que é tido como inútil e perceber com clareza o que é útil. Serve também 'para entendermos com clareza os conceitos usados no dia a dia, na ciência, nas artes, na religião etc.'.

Como dizia um grande filósofo da antiguidade, 'a missão essencial da filosofia é tornar viável a busca da felicidade'. Já se disse que 'a filosofia é o principal estímulo para a busca da verdade e a compreensão de como o ser humano enxerga tudo a sua volta.

Muitas ideias e filósofos renomados seguem como referência ao conhecimento filosófico mais puro, por meio de suas obras que auxiliam na compreensão do mundo pelo que entendemos dele nos dias de hoje'.

A Filosofia leva as pessoas à oportunidade de desenvolver um pensamento independente e crítico, ou seja, permite às pessoas experimentarem um pensar individual.

O pensamento é um produto da mente, que pode surgir mediante atividades racionais do intelecto ou por abstrações da imaginação. O pensamento pode implicar uma série de operações racionais, como a análise, a síntese, a comparação, a generalização e a abstração.

O pensamento não só é refletido na linguagem, como também o determina. A linguagem trata de transmitir os conceitos, os juízos e os raciocínios do pensamento.

A linguagem é o sistema por meio do qual o ser humano comunica suas ideias e sentimentos, seja pela fala, pela escrita ou por outros signos convencionais.

Linguística é o nome da ciência que se dedica ao estudo da linguagem. Daí por que a importância do pensamento e da linguagem até mesmo no cotidiano.

Na linguagem do cotidiano, o homem faz uso da linguagem verbal e não verbal para se comunicar. A linguagem verbal integra a fala e a escrita (diálogo, informações no rádio, televisão ou imprensa etc.).

Todos os outros recursos de comunicação como imagens, desenhos, símbolos, músicas, gestos, tom de voz etc., fazem parte da linguagem não verbal. Não é possível saber a origem exata das palavras.

Isso é porque tudo o que a gente sabe sobre linguagem humana depende do registro escrito de povos antigos (principalmente do Oriente Médio). Mas quando surgiu a escrita, muito provavelmente a oralidade já estava em um estágio avançado.

A língua mais velha de que se tem registro é o Sumério, da região da Mesopotâmia (atual Iraque), usada mais de 3000 anos antes de Cristo.

Também há o Egípcio (usado por volta de 3000 a. C) e a língua que se falava na China por volta de 2000 a. C.'. 'Os egípcios e os sumérios gravavam suas letras em pedra, e os chineses, em cascos de tartaruga'.

Apesar de serem muito antigas e terem existido em lugares não muito distantes, essas línguas não pertencem a uma mesma família.

O trabalho pedagógico deve desenvolver situações em que a linguagem escrita seja fonte das interações e deve promover a reflexão sobre a própria linguagem.¹²

As linguagens são 'diferentes marcas que nós seres humanos deixamos no mundo, a linguagem como expressão deste nosso mundo, desta nossa cultura.

A linguagem como uma construção e uma condição humana. Somos nós, seres humanos, que atribuímos significados à nossa existência'.¹³

A linguagem é atividade social de grande importância para a significação do mundo por meio da interação entre os seres sociais. A linguagem, portanto, é um lugar de interação humana, interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores.¹⁴

A linguagem escrita é uma das linguagens a serem vivenciadas na Educação Infantil. É um 'sistema de representação com símbolos, sinais e normas, convencionados em cada contexto histórico e cultural, criado pelo homem em função de suas necessidades'.¹⁵

Portanto, 'não é preciso que a criança compreenda as relações entre fonemas e grafemas para construir sentidos ao escutar a leitura de uma história ou ao elaborar narrativas a partir de um livro de imagens, por exemplo.

As crianças formulam hipóteses, criam histórias, inventam sentidos atestando, assim, o seu protagonismo em relação ao processo de construção de conhecimento sobre a linguagem escrita'.¹⁶

Nessa medida, 'é preciso proporcionar um trabalho mais amplo do que simplesmente desenvolver competências para a escrita. Respeitar a infância é propor um trabalho que possibilite à criança o contato com os textos a partir da leitura, comentários, comparações, escrita da professora, enfim, envolver a criança na cultura letrada, trabalhando com literatura sem perder de vista imaginação, ludicidade, interações pessoais, enfim, as atividades significativas que garantem o direito de ser criança'.¹⁷

Na realidade, a linguagem é a grande responsável pela disseminação de informação e conhecimentos humanos, e é por meio dela que otimiza a capacitação em todas as áreas do conhecimento.

Pode-se dizer 'o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica', revelando, dessa forma, uma combinação desses elementos.¹⁸

Impende observar que 'a linguagem não só permite o intercâmbio de informações e de conhecimentos humanos, como também funciona como meio de controle de tais conhecimentos'.¹⁹

Esclarece Carlos Eduardo Bittar²⁰ que 'as linguagens determinam e constituem a condição humana, e esta questão não pode ser pensada sem que se possa evocar a ideia de que o homem é ser de ação e fala'.

É corrente em estudos psicolinguísticos e sociolinguísticos que, aos catorze anos de idade, o indivíduo atinge sua maturidade em relação à linguagem. A partir deste momento, cabe ao aluno aperfeiçoar o domínio verbal e aperfeiçoa-lo.²¹

Não é demais lembrar que 'entre a capacidade de linguagem mais geral e o desempenho efetivo de um sujeito na escrita existe um processo escolar de aprendizado dessa modalidade'.²²

Dessa forma, 'o aluno aprende a encarar o papel como o espaço imaculado de uma expressão erudita e exemplar, que, naturalmente, exclui qualquer intimidade adquirida na manipulação da linguagem em atividades pessoais e cotidianas: a sua linguagem ordinária é vista como uma escrita muito da ordinária'.²³

O processo escolar de aprendizado da modalidade da escrita, tal como se dá historicamente, confunde as novas necessidades criadas pelas condições específicas de produção da escrita, em relação às condições da oralidade, com uma ruptura entre a escrita e o uso efetivo que o aluno faz da linguagem.

A falta da capacidade de escrever, falar e ler podem ser decorrentes da falta do hábito da leitura, decorrente de um ensino fraco de Língua Portuguesa que vem desde os primeiros anos escolares.²⁴

O conhecimento e a correta utilização das regras da Gramática e o domínio do idioma é indispensável, essencialmente necessário para o exercício de qualquer profissão.

Representa, convém insistir, o verdadeiro ‘cartão de visitas’ do profissional, a chave que muito contribuirá para que as portas se abram no caminho do êxito profissional.²⁵

A escola não tem condições de solucionar o problema da diversidade de linguagens. Somente a eliminação das desigualdades sociais é que garantiria a igualdade de condições de rendimento na escola. A solução não é, pois, educacional, mas sócio cultural.²⁶

A escola se prende a aspectos da língua de forma técnica de forma técnica e ‘decorativa’, esquecendo muitas vezes de sua real finalidade, que é a comunicação e sendo assim o aluno que chega à universidade estudou tanto e não aprendeu nem uma coisa nem outra. Nem se expressa e nem domina a norma culta tão desejada pela escola.²⁷

Nos cursos de direito, o aluno, ao contrário do que o senso comum pensa, não passa cinco anos ‘decorando’ leis e códigos, pelo contrário, ele tem que entender e saber encontrar as leis de que precisa para estudar e que necessitará no seu futuro profissional.

No momento em que ingressa no curso ele não só estudará leis, mas todo um conjunto de matérias que envolvem a área jurídica e que o aluno precisa entender, contextualizar e interpretar de forma clara e adequada para assim também de expressar.²⁸

Não é raro que o professor encontre parágrafos incompreensíveis, petições que repetem a mesma coisa duas ou três vezes, ou referências que nada tem a ver com o assunto tratado, porque foram copiadas por quem não consegue escrever. Há uma mescla de mal português com dificuldade de organizar as ideias.²⁹

Nossas faculdades, matriculando alunos com nota final abaixo de cinco, passaram a formar profissionais nem sempre preparados para o exercício competente de seu mister.

Nossas Faculdades de Direito dão à luz, com exceções, uma parcela de bacharéis despreparados para o exercício da advocacia.

Não vamos incorrer em erro de generalização, mas é certo que o percentual dos escapos à mediocridade se revela sempre baixíssimo.³⁰

A proliferação de escolas inviáveis e o defeituoso processo seletivo aprofundaram a pobreza de redação e de dicção de nossos bacharéis.

Na prática forense, inúmeros são os casos de petições e razões ineptas, a ponto de preocupar a Ordem dos Advogados do Brasil. Nos concursos públicos, o item de maior reprovação é o Português: os candidatos conhecem as respostas, porém não sabem expressar-se.³¹

A conversação é uma situação que ocorre de forma natural e espontânea, que efetuada em meio aos profissionais competentes da área de formação almejada, será incorporado novas palavras ao seu vocabulário.³²

O primeiro passo para escrever é ler, e depois, refletir, racionar e que ‘antes de escrever, é preciso ler muito’. ‘Aprender a escrever e falar é extremamente útil para a carreira, quase indispensável.’³³

Na produção dos textos jurídicos o acadêmico terá consciência da dimensão, da importância do estudo e do conhecimento da linguagem como realidade ligada à área jurídica.³⁴

O advogado que não tiver o conhecimento da sua própria língua fica prejudicado na carreira e dá maiores chances para os concorrentes.

É muito claro que se não combinarmos advocacia com a língua portuguesa, o advogado não saberá se comunicar oralmente, não saberá interpretar a lei da melhor forma e, principalmente, não saberá elaborar peças, atividade fundamental da advocacia.³⁵

O Direito é exercido por meio da comunicação, ‘pois pressupõe a interação de agentes, a vida em sociedade e a necessidade de regulamentação de condutas num espaço determinado’.³⁶

No curso de Direito, o ensino de língua portuguesa deve ser privilegiado, buscando assim uma melhor qualidade dos futuros profissionais, tornando-os

melhor preparados para exercerem suas funções, mostra-se ainda o porquê de ser tão necessário o ensino de língua portuguesa aos futuros advogados, não sendo suficiente, no curso superior ensinar apenas as matérias jurídicas.³⁷

É preciso que se inclua o português nos cursos de graduação, como matéria obrigatória. No primeiro período e de preferência com um professor rigoroso.

Se a faculdade não quiser colocar com todas as letras que está ensinando português, pode batizar a matéria com um nome mais pomposo como 'Análise de texto' ou 'Princípios de redação'.

E se houver dificuldades com a grade horária, já que cinco anos não são suficientes para tantas matérias, que pelo menos se ofereça um módulo, isto é, aulas que se assistem por inscrição voluntária ou ainda curso a distância, via internet.³⁸

A cidadania não é dada, mas construída em um processo de organização, participação e intervenção social de indivíduos ou de grupos sociais.

Só na constante vigilância dos atos cotidianos o cidadão pode apropriar-se desses direitos, fazendo-os valer de fato. Se não houver essa exigência, eles ficarão no papel.

Cidadania, direitos e movimentos sociais são temas que frequentemente são debatidos por governos, políticos, empresários brasileiros ou não, estudantes, trabalhadores entre outro da sociedade que enfrentam as piores condições de vida.

A ideia da cidadania está relacionada ao surgimento do Estado Moderno e a expectativa de que este garanta os direitos essenciais dos cidadãos.³⁹

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*.

Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas a sociedade nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual a aspiração pode ser dirigida.

A classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade, e essa também, como a cidadania, pode estar baseada num conjunto de ideias, crenças e valores. É, portanto, compreensível que se espere que o impacto da cidadania

sobre a classe social tomasse a forma de um conflito entre o princípio opostos.
40

Para os liberais o ser humano é como se fosse em 'átomo', ser isolado com um grande potencial que precisa de espaço para desenvolver o seu projeto de vida através do trabalho e talento que são os mecanismos essenciais para a ascensão social e aquisição de riquezas, qualquer indivíduo pobre que tenha vontade, que trabalhe pode adquirir bens e datar-se de riquezas. ⁴¹

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente, sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal.

Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade.

Longe de conceber o homem como um ser genérico, estes direitos, pelo contrário, fazem da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva.

O único nexos que os mantém em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, a conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas. ⁴²

A ideia de cidadania está vinculada à questão da coesão social estabelecida com base na solidariedade orgânica, que é gerada pela divisão de trabalho e se expressa no direito civil. ⁴³

Para que a educação para a cidadania se torne emancipatória, seu objetivo não é ajustar os alunos à sociedade atual, sua finalidade principal deve ser de estimular nos alunos sua imaginação e seu intelecto.

Os alunos devem ser educados para demonstrar coragem cívica, disposição para agir, como se de fato vivessem em uma sociedade democrática.
44

O exercício da cidadania compreende a totalidade dos direitos que o indivíduo tem de desempenhar nas mais diversas funções no tecido social, do ponto de vista individual e social.

No cotidiano de cada um, seja criança ou adulto, o conhecimento dos direitos, o reconhecimento dos deveres, a adesão legítima às riquezas das

necessidades (mesmo as sociais, culturais e políticas) garantem o princípio de liberdade de cidadania.

Isso confere ao cidadão o direito de escolher seus amigos, brinquedos, diversão, o seu emprego, a mulher com quem vai se casar, o número de filhos, o médico que ele vai frequentar, o partido político do qual vai aderir, as concepções de Estado e sociedade para as quais vai destinar o seu voto, o lugar que ela vai ocupar na sociedade.⁴⁵

Na visão psicanalítica 'talvez a psicanálise seja a única modalidade de psicoterapia que impõe limites ao discurso científico, atuando como guardiã da singularidade da experiência humana'.⁴⁶

A Psicologia educacional se desviou de um primitivo interesse na aquisição de conhecimento para o grande interesse atual no desenvolvimento da personalidade, no ajustamento pessoal e social e na preparação para a vida em comunidade.

Verdadeiro desafio aos que acreditam que a educação é, a um tempo, ciência e arte'. 'Contudo, pouquíssimo valor prático dela recebeu a solução dos problemas quotidianos do professor'.⁴⁷

A Constituição consagra, ainda, o princípio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei (CF, art. 206, VI). Esse princípio, enquanto concretização do princípio da democracia participativa (CF, art. 1º, parágrafo único), reforça o princípio do pluralismo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece no seu art. 14 que 'os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes'.⁴⁸

A educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível, que, deferida às crianças, a estas assegura, para efeito de seu desenvolvimento integral, e como primeira etapa do processo de educação básica, o atendimento em creche e o acesso à pré-escola (CF, art. 208, IV).

Essa prerrogativa jurídica, em consequência, impõe, ao Estado, por efeito da alta significação social de que se reveste a educação infantil, a obrigação constitucional de criar condições objetivas que possibilitem, de maneira concreta, em favor das 'crianças até cinco anos de idade' (CF, art. 208, IV), o efetivo acesso e atendimento em creches e unidades de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão governamental, apta a frustrar,

injustamente, por inércia, o integral adimplemento, pelo Poder Público, de prestação estatal que lhe impôs o próprio texto da CF.

A educação infantil, por qualificar-se como direito fundamental de toda criança, não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da administração pública nem se subordina a razões de puro pragmatismo governamental.⁴⁹

A experiência mostra o quanto devemos cuidar de nossas decisões, com equilíbrio. No universo tudo é harmônico, mas o ser humano, muitas vezes, cria o desequilíbrio nas suas relações.

Mesmo aqueles que acreditam no destino devem reconhecer que o caminho para atingir o fim determinista pode ser escolhido.

Se escolhermos o caminho mais harmônico sem espinho, a jornada será suave, mas se elegemos o caminho tortuoso, certamente, encontraremos muitos obstáculos na caminhada da vida.

O termo ideologia, em um sentido amplo, significa aquilo que seria ou é ideal. Embora 'ideologia' tenha vários significados diferentes é considerada como algo ideal, que contém um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas ou visões de mundo de um indivíduo ou de determinado grupo, orientado para suas ações sociais e políticas.

Alguns autores entendem que o termo ideologia como um instrumento de dominação que age por meio de convencimento, persuasão, e não da força física, alienando a consciência humana.

Se ideologia significa um conjunto de ideias, não pode ser considerada como objeto de alienação da consciência do ser humano.

Quando se fale em escola sem ideologia, parece até que é possível esse estado de coisas. Na realidade, aqueles que pregam isso estão colocando nelas (escolas) outra ideologia.

A escola não pode ser objeto de decisão unilateral, mas sempre uma decisão envolvendo o corpo docente e discente, principalmente este último.

É sobre os alunos que recaem a prática da educação na escola. E, ao participar como protagonista das decisões no âmbito escolar, os alunos estarão desenvolvendo o seu potencial e apontando para o futuro da sociedade.

Cultura em um sentido mais antigo significa a formação do ser humano, sua melhoria e refinamento. Num segundo sentido, cultura tem conotação do produto dessa formação, indicando o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos, que se tem normalmente denominado de civilização.

No século XVIII, em razão da filosofia iluminista, ocorreu a passagem do primeiro sentido para o segundo. Assim, Immanuel Kant afirma que ‘num ser racional, cultura é a capacidade de escolher seus fins em geral (e, portanto, de ser livre). Por isso, só a cultura pode ser o fim último que a natureza tem condições de apresentar ao gênero humano’.

Como dizia Hegel, ‘um povo faz progressos, tem seu desenvolvimento e seu crepúsculo. O que se encontra aqui, sobretudo, é a categoria da cultura de sua exageração e de sua degeneração: para um povo, esta última é produto ou fonte de ruína’.

Em relação à formação da pessoa humana individual, a palavra cultura corresponde até nossos dias, ao que os gregos, chamada *paideia* e que os latinos, na época de Cícero indicavam com a palavra *humanitas*: educação do ser humano, que o distingue de todos os outros animais.

Educação, em geral, é designada como a ‘transmissão e o aprendizado das técnicas culturais, que são as técnicas de uso, produção e comportamento mediante as quais um grupo de seres humanos é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico’.

Na sociedade primitiva educação era voltada para a garantia da imutabilidade das técnicas de que dispõe, tendendo a atribuir caráter sagrado a tais técnicas, o que levava a proibir como sacrilégio qualquer inovação ou correção.

A partir da segunda metade do século XX, a educação ‘passou a ser vista como um processo de humanização, que não diz respeito apenas ao crescimento em termos de desenvolvimento nem atinge apenas a pessoa, considerada individualmente, mas dura toda a vida’.

A educação, assim, pode ser considerada essencialmente como um processo de remoção dos obstáculos que impedem o desenvolvimento, bem como de promoção das potencialidades próprias de cada pessoa.

A escola, especialmente, no Brasil, ainda prima por um modelo arcaico de educação. No século XXI, a educação deve ter em mente a informação como um

direito fundamental, cujo resultado é o acúmulo de conhecimento, para com isso, formar-se cidadãos conscientes do seu papel na sociedade.

O conhecimento foi definido por Daniel Bell ⁵⁰ como sendo ‘um conjunto de exposições ordenadas de fatos e ideias, que apresentam um juízo ordenado ou um resultado experimental, que se transmite a outros por meio de algum meio de comunicação sob uma forma sistemática’.

Ficou claro que a definição de Bell significa que conhecimento é sinônimo de conhecimento científico. E para corroborar tal entendimento o próprio Bell afirma que ‘o conhecimento para fins de política social ‘é o se conhece objetivamente, uma propriedade intelectual, ligado a um nome ou grupo de nomes e certificados por um direito do autor ou por alguma outra forma de reconhecimento social (por exemplo, a publicação). ⁵¹

Por sua vez, Johnson ⁵² afirma que ‘conhecimento é aquilo que consideramos como real e verdadeiro. Pode ser tão simples e banal como dar o laço nos sapatos ou tão abstrato e complexo como a física de partículas.

As fronteiras entre a ciência e as outras formas de conhecimento não são tão nítidas, porque, por vezes, são maneiras heterogêneas que apresentam continuidades e interferências.

As pessoas não costumam guiar sua vida pela ciência, mas por outras formas de conhecimento, e essa bagagem não pode ser depreciada quando queremos entender a educação e seus agentes. ⁵³

O conhecimento é um fato, é prático, é social e tem um caráter histórico e que ‘cada época deve esforçar-se por organizar, sistematizar numa ‘síntese’, o conjunto de conhecimento sobre a natureza. Mas nenhuma dessas sínteses pode se pretender definitiva’. ⁵⁴

Como enuncia Antônio Marina, ⁵⁵ ‘conhecer é compreender, quer dizer, apreender o novo com o já conhecido’. E, ‘Não é possível uma observação sem teoria, porque a quantidade de informações é demasiado grande, demasiado confusa, demasiado incompleta’.

Gardner ⁵⁶ afirma que ‘numa visão tradicional, a inteligência é definida operacionalmente como a capacidade de responder a itens em testes de inteligência’. ‘Uma inteligência implica a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural’.

A inteligência é a capacidade de resolver equações diferenciais, mas acima de tudo é a aptidão para organizar comportamentos, descobrir valores, inventar projetos e mantê-los, ser capaz de libertar-se do determinismo da situação, solucionar problemas, analisá-los. ⁵⁷

A inteligência está associada às pessoas, remetendo à ideia de projetos: ‘Em uma palavra, a inteligência encontra-se diretamente associada à capacidade de ter projetos; a partir deles, dados, informações, conhecimentos são mobilizados ou produzidos’.

Os conhecimentos, com efeito, são fundamentalmente diferentes dos saberes e da inteligência. Eles se referem aos conteúdos formalizados, objetivados, que, por definição, não podem pertencer às pessoas.

Conhecer as regras gramaticais é uma coisa; saber falar uma língua é outra, fundamentalmente diferente. Para saber falar, é preciso abandonar completamente a relação cognitiva com a língua. ⁵⁸

O saber é feito de experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos; e a inteligência cobre todo o leque das capacidades que vão do julgamento e do discernimento à abertura de espírito, à aptidão de assimilar novos conhecimentos e de combiná-los com os saberes. ⁵⁹

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento de informação e de comunicação de símbolos.

Na verdade, conhecimentos e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação.

Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. ⁵⁹

La sociedad industrial se caracteriza por la coordinación de máquinas y hombres para la producción de bienes. La sociedad postindustrial se organiza en torno al conocimiento para lograr el control social y la dirección de la innovación y el cambio, y esto a su vez da lugar a nuevas relaciones sociales y nuevas estructuras que tienen que ser dirigidas políticamente. ⁶¹

Uma economia do conhecimento não funciona a partir da força das máquinas, mas a partir da força do cérebro, do poder de pensar, aprender e

inovar. As economias industriais precisam de trabalhadores para as máquinas; a economia do conhecimento precisa de trabalhadores para o conhecimento.⁶²

O primeiro filósofo a definir o cinismo foi Antístenes, ex-aluno de Sócrates no final do século V a. C. Ele foi seguido por Diógenes de Sinope que levou o cinismo aos seus extremos lógicos e passou a ser visto como o arquétipo de filósofo cínico, sua *autarkeia* (autossuficiência) e a apatheia.

O cinismo é a forma de filosofia que não cessa de colocar a questão: qual pode ser a forma de vida que seja tal que pratique o dizer-a-verdade? (Michel Foucault).

A partir do instante em que a filosofia não é capaz de viver o que ela diz senão de modo hipócrita, é preciso insolência para dizer o que se vive.

Numa cultura em que os idealismos empedernidos fazem da mentira a forma de vida, o processo da verdade depende da existência de pessoas suficientemente agressivas e livres ('descaradas') para dizer a verdade (Peter Sloterdijk).

A parresía (coragem de dizer a verdade) é consequência de um modo de vida, de uma ascese (exercício) que permitia a capacidade de viver conforme seus preceitos.

Uma existência determinada é a condição para a fala reta: desavergonhada, na pobreza, em militância, conforme a natureza. Uma maneira de se conduzir, uma maneira de se portar, de viver.

O Cinismo é muito mais uma prática que uma filosofia (por isso, talvez, ela é tão superior a várias filosofias). O Cínico, através de seu modo de vida, faz de sua própria existência o suporte para a verdade, colar filosofia na existência, tornando-as uma só. Isso permite expressá-la francamente aos outros.

Não é a coragem política da verdade, Diógenes desacreditava em todo e qualquer estado, desdenhava de todos os políticos, inclusive de Alexandre, o Grande, mais poderoso chefe militar da época.

Diógenes também não estava se referindo a uma forma de ironia socrática, sua verdade se manifestava na forma de rejeição, desprezo, tumultos, atuações performáticas.

O Cinismo, particularmente com Diógenes, se expressa como o mais absoluto comprometimento de viver conforme o que se diz. Nisto retorna a verdade como prova da mais absoluta verdade no viver.

Foucault estava certo: a capacidade de parresía define um bom filósofo. Não importa se vem antes ou depois, o que importa é como vem. Chega como antes no resplendor da vida. Se o sentimento não muda. Tudo lembra a alegria do passado, como se o tempo parasse.

Existem sentimentos que não envelhecem, porque renasce como a pureza de uma criança. Tudo é verdadeiro. Que brilhe as estrelas do bem na trajetória da vida.

A rosa, como as estrelas, brilha mesmo à noite. É noite e dia. Mas sempre é noite e dia em algum lugar. Nunca está escuro em todos os lugares e nunca está claro em outros lugares. Nenhum país se desenvolve sem educação.

Não é só investimento, mas gestão do dinheiro estatal. Valorização do professor, com estrutura, vencimentos. A forma de aprendizado nas escolas não cria cidadãos, mas robôs.

Uma aula como se fosse uma receita de bolo, que vem pronta, jamais formará pessoas pensantes. O corpo discente deve ter ator de seu próprio aprendizado.

A informação correta e contextualizada se faz necessária para se chegar ao conhecimento, base de todo o processo de educação. Quero saber o que realmente acontece, mas com tanta informação fragmentada e descontextualizada, fico sem entender a realidade.

A filosofia como atividade transformadora veio ao mundo com Platão, pois foi ele quem primeiro a tratou com a finalidade de transformar o mundo humano. Platão buscava modificar a forma da vida social e baseá-la na justiça.

Assim, a educação do filósofo não culmina na visão do bem, mas no 'retorno à caverna', porque o filósofo deve colocar à disposição da comunidade os resultados de sua especulação e utilizá-los para a direção e orientação dela.

Por isso, Platão dizia que 'cada um de vós deve descer para a habitação comum e acostumar-se a contemplar os objetos nas trevas: porque, acostumando-se a elas, verá bem melhor que aqueles que sempre estiveram lá e reconhecerá os caracteres e o objeto de cada imagem, porque viu os verdadeiros exemplares da beleza, da justiça e do bem.

Assim, nós e vós constituiremos e governaremos a cidade dispersos, e não sonhando, como acontece agora na maior parte das cidades por culpa daqueles que guerreiam por causa de sombras e disputam o poder como se fosse um bem'.

Muitas vezes as pessoas se sentem sábias, ainda quando são analfabetas funcionais. Quando se procura entender um assunto sempre se começa ignorante.

Os grandes filósofos da antiguidade não queriam ser chamados de sábios, daí o nome filosofia (amigo da sabedoria). O ser humano deve conhecer os limites de sua própria ignorância, para poder se chamado de sábio.

Por isso, 'os ignorantes, que acham que sabem tudo, privam-se de um dos maiores prazeres da vida: aprender'. Ou, quem sabe, mudar o nome filosofia para amigo da ignorância.

'Quem conhece a sua ignorância revela a mais profunda sapiência. Quem ignora a sua ignorância vive na mais profunda ilusão' (Lao Tsé).

O conhecimento torna mais visível a ignorância. O problema da vida é em todos os seres humanos, ou não, um problema de ordem. A vida física é uma questão de ordem.

A vida intelectual é da mesma forma. A vida moral também. O vício é uma desordem, como a doença e o erro. O ser humano deve tomar seu lugar na ordem universal e desempenhar o papel que lhe cabe na história do mundo.

Hegel sustenta que o espírito, inicialmente adormecido, dissimulado e como que estranho a si mesmo, alienado no universo, apresenta-se cada vez mais manifestamente, com ordem, com liberdade, logo, com consciência.

Encontra-se ordem em todos os movimentos e setores da natureza. Existe no movimento dos astros, no crescimento de um vegetal, na estrutura de um organismo vivo.

As reações químicas operam uma ordem determinada. O ser humano é dotado de poderes ilimitados, dada a presença de todos os mistérios do universo e de sua própria vida.

O ser humano deve deixar a sua consciência objetiva, aquela que utiliza no dia-a-dia, já que limitada. Deve escutar o seu interior, o seu mestre interior, sua intuição, desenvolvendo tal capacidade cada vez mais.

Dessa forma, as relações entre os seres humanos estarão cada vez mais evoluídas; haverá uma interação maior entre a ordenação universal e a ordenação jurídica que regula a vida em sociedade, contribuindo sobremaneira para a paz social.

O Brasil caracteriza-se historicamente por possuir um número acentuado de pessoas em estado de pobreza. Mas nas últimas duas décadas, houve um grande avanço nesse aspecto, o brasileiro melhorou a qualidade de vida e houve uma profunda transformação social.

Entre 2003 e 2014, o País havia reduzido de 41,7% para 17,9% a porcentagem de pessoas vivendo na pobreza. No ano de 2014, o Brasil atingiu um feito inédito: saiu da lista do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O resultado foi considerado pela organização como um caso de sucesso mundial. Esse ciclo de queda da pobreza no País pode ser atribuído a uma série de políticas públicas.

Para acabar com a pobreza, não basta fazer o bolo de a economia crescer. É preciso reduzir os níveis de desigualdade e ter uma economia mais inclusiva. Ou seja, é preciso diminuir a distância de renda entre os mais ricos e os mais pobres da população.

Um país jamais será desenvolvido se não valoriza os professores. Veja quando pagamos a cada deputado federal por mês. Aí os professores poderão fazer um grande movimento em prol dos seus vencimentos.

Votamos nos deputados, mas não sabemos quanto pagamos por isso. Toda a sociedade pode participar do movimento. Os professores devem ser protagonistas da história do país. De fato e de direito.

Até os que se dizem intelectuais passaram por um professor. Um país jamais será desenvolvido se não valoriza os professores. Veja quando pagamos a cada deputado federal por mês. Aí os professores poderão fazer um grande movimento em prol dos seus vencimentos.

Até os que se dizem intelectuais passaram por um professor. O professor brasileiro é cercado de um arsenal de burocracias, como: diários, planos de aula, fichas avaliativas, formulários, entre outros. Incluindo ainda a imensa quantidade de trabalho que o professor leva para casa, tais como: plano de aula, elaboração de atividades, provas, trabalhos, correções, testes, projetos etc.

Esses não são os únicos agravantes, o professor tem que enfrentar o problema da indisciplina escolar difundida na maioria das escolas brasileiras, como excesso de conversa, bagunça, uso indevido de aparelhos eletrônicos que invadiram as escolas, isso, aliado ao baixo salário, praticado na maioria das vezes.

A defasagem salarial não supre todo o trabalho realizado fora da escola, nos finais de semana e feriados. Frequentemente são divulgadas pesquisas de diferentes órgãos que emitem informações acerca da atuação do professor brasileiro, além disso, inúmeros informes, artigos, reportagens afirmam que a maioria dos professores não desempenha de forma eficiente o seu trabalho.

No entanto, essas pesquisas não verificam os fatores que afetam a qualidade do trabalho do professor. Esse profissional, em geral, vive cansado diante de tantas atividades que a função requer; o excesso de tarefas ligadas à função de professor causa um esgotamento físico e intelectual. Comportamento resultante do sistema de ensino extremamente burocrático adotado no país.

O importante é verificar o que causou essa transformação. A ineficiência de investimento em educação já tem como consequência a falta de dinheiro para construir presídios. Darcy Ribeiro já dizia que 'se não investir em educação vai faltar dinheiro para a construção de presídios'.

O mundo avançou pouco na igualdade de gêneros no último ano: menos mulheres do que homens têm entrado no mercado de trabalho; sua participação na política e em cargos privados sêniores ainda é inferior à masculina, e sua presença em setores emergentes de tecnologia, como o de Inteligência Artificial, ainda é irrisória.

Nesse novo ciclo de políticas e gestão que se inicia em 2019, é oportuno recordar o dever ético e o compromisso social que nossos novos governantes devem ter com a Educação.

E não qualquer Educação, mas sim uma de qualidade, baseada em evidências, conhecimento acumulado pela ciência da Pedagogia e experiências exitosas. (Priscila Cruz).

O que se ensina na escola em 'tempo integral' e como é ministrado o aprendizado é o problema. Não basta o aspecto temporal, mas a forma como o professor transmite conhecimento.

A continuar os mesmos métodos pedagógicos, a escola vai continuar a forma 'robôs' e não seres pensantes, que desenvolvem seus potenciais.

Um grupo que reúne escolas construtivistas de elite em São Paulo, Rio e Minas divulgou carta ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pedindo que ele 'não permita que o País entre numa rota de retrocesso'.

Paulo Freire está entre os autores mais citados em trabalhos acadêmicos do mundo, mas é tratada pelo governo Bolsonaro como bode expiatório da má qualidade do ensino público brasileiro, a obra desse educador.

De acordo com levantamento do pesquisador Elliott Green, professor da Escola de Economia e Ciência Política de Londres, na Inglaterra, o livro fundamental da obra do educador, 'Pedagogia do Oprimido', escrito em 1968, é o terceiro mais citado em trabalhos acadêmicos na área de humanidades em todo o mundo.

Para especialistas em educação ouvidos pela BBC News Brasil, entretanto, a raiz da controvérsia em torno da pedagogia de Paulo Freire não é sua aplicação em si, mas o uso político partidário que foi feito dela, historicamente e, mais do que nunca, nos dias atuais.

Paulo Freire tornou-se conhecido a partir do início dos anos 1960. Ele desenvolveu um método de alfabetização de adultos baseado nos contextos e saberes de cada comunidade, respeitando as experiências de vida próprias do indivíduo.

Aplicou o modelo pela primeira vez em um grupo de 300 trabalhadores de canaviais em Angicos, no Rio Grande do Norte. De acordo com os registros da época, a alfabetização ocorreu em tempo recorde: 45 dias.

Na Suécia, Paulo Freire é lembrado em um monumento público. Localizada no subúrbio de Estocolmo, 'Depois do Banho' é uma obra em pedra-sabão esculpida entre 1971 e 1976 pela artista Pye Engström. Sentadas, lado a lado, estão retratadas sete personalidades com apelo político, como o poeta chileno Pablo Neruda (1904-1973), a escritora sueca Sara Lidman (1923-2004) e a sexóloga norueguesa Elise Ottesen-Jensen (1886-1973).

Mas a obra do educador brasileiro está longe de ser unanimidade entre os países. Convidado a comentar sobre qual seria o método mais adequado ao contexto brasileiro, o especialista recomendou que os gestores analisassem caso a caso.

O Professor da Faculdade de Educação da Universidade Cristã do Texas, Douglas J. Simpson causou certa polêmica no meio acadêmico ao publicar, anos atrás, um artigo intitulado 'É Hora de Engavetar Paulo Freire'. Simpson afirma que a pedagogia baseada no diálogo é fundamental 'para que a educação e a democracia prosperem, ou pelo menos sobrevivam'.

Ele culpa justamente a falta de diálogo pelo fato de as sociedades, e as escolas, estarem fortemente polarizadas politicamente.

‘Não temos sido efetivamente ensinados a praticar o diálogo nas escolas, muito menos nos governos’. Para o professor, Paulo Freire, acima de tudo precisamos aprender ‘a ouvir, a entender e a respeitar uns aos outros’ e a ‘trabalhar juntos nos problemas’. ⁶⁴

Peter Gray ⁶⁵ afirma que a escola é prisão. Diz ele:

Eu me sinto desconfortável dizendo isso porque a escola é uma parte muito importante da minha vida e as vidas de quase todos que eu conheço. Eu, como a maioria das pessoas que conheço, atravessamos o total de 12 anos de escolaridade pública. Minha mãe ensinou em uma escola pública por vários anos. Minha amada meia-irmã é uma professora pública. Eu tenho muitos amigos queridos e primos que são professores de escolas públicas. Como posso dizer que essas pessoas boas, que amam crianças e buscam apaixonadamente a tarefa de tentar ajudar as crianças, estão envolvidos em um sistema de aprisionar as crianças?’ ‘Infelizmente não importa o quão desconfortável é o tema, eu tenho que falar a verdade. Podemos usar todos os eufemismos que queremos, mas a verdade literal é que as escolas, como elas geralmente existem nos Estados Unidos e em outros países modernos, são prisões’.

Às vezes as pessoas usam a palavra prisão em um sentido metafórico para se referir a qualquer situação em que eles devem seguir regras ou fazer coisas que são desagradáveis. Nesse espírito, alguns adultos podem se referir a seu local de trabalho como uma prisão, ou mesmo para seu casamento como uma prisão.

Mas isso não é um uso literal do termo, porque esses exemplos não envolvem, contenção involuntária. É contra a lei neste e em outros países democráticos forçar alguém a trabalhar em um emprego onde a pessoa não quer trabalhar, ou se casar com alguém que ele ou ela não quer se casar.

Mas não é contra a lei, no entanto, forçar uma criança a ir para a escola; na verdade, é contra a lei não forçar uma criança a ir para a escola. Se você é o pai e a criança não quer ir. (Sim, eu sei, alguns pais têm os meios para encontrar escolaridade alternativa ou fornecer educação em casa que seja aceitável tanto para a criança e o Estado, mas não é a norma na sociedade atual; e as leis em muitos estados e países trabalham fortemente contra tais alternativas).

Assim, enquanto os empregos e casamentos podem, em alguns casos tristes sentir como prisões, escolas geralmente são prisões. Os seres humanos, especialmente os jovens, são notavelmente adaptáveis.

Muitos encontram maneiras de superar os sentimentos negativos e focam no positivo, encontram formas de cooperar, de ajudar um ao outro a superar sentimentos de vergonha, combatem as intimidações, pensam criticamente, e

passam algum tempo em seus verdadeiros interesses apesar das forças que trabalham contra eles em escola.

No entanto, para fazer tudo isso e ao mesmo tempo satisfazer as demandas da educação forçada requer um grande esforço, e muitos não conseguem.

Não se pode apenas acabar com as escolas e substituí-las por nada. Mas, tem-se a responsabilidade de fornecer as configurações que permitem que as crianças e jovens façam isso de uma forma mais completa e humana’.

Existem muitas abordagens possíveis para propiciar o ato educativo.

Na intenção de transmitir informações e transformá-las em conhecimento, um professor pode optar por diversas maneiras de comunicação com seus alunos.

A pedagogia é a normatização das ações e dos instrumentos didáticos que devem ser utilizados para qualquer nível de educação.

A definição do conceito de pedagogia passa pelo entendimento de dois outros componentes do ato educativo. O primeiro é a ideia de educação, que é uma situação temporal e espacial determinada em que ocorre a relação ensino aprendizagem, seja ela formal ou informal.

Em outras palavras, trata-se da transmissão de informações para que sejam armazenadas e transformadas em conhecimento. O vocábulo ‘didática’ é a adequação entre os meios e os fins escolhidos para o ato educativo.

Trata-se da razão instrumental que norteia esse processo, e tem uma importância enorme para a eficiência da transmissão de conhecimento. Com base nisso, a didática está intrinsecamente ligada à pedagogia, já que depende substancialmente das normas e métodos para aplicar esse saber especial.

Na Grécia antiga, o pedagogo era o escravo responsável por levar às crianças que tinham acesso ao estudo às regras de conduta moral e intelectual. Ele era o guardião das normas da educação, mas não tinha nenhuma relação com a instrução propriamente dita.

Para isso, havia lugares destinados ao ensino de idiomas, gramática, cálculo e educação corporal. Assim como funcionava na Grécia antiga, a pedagogia assumiu como acepção a parte normativa do conjunto de saberes que precisamos adquirir e manter se quisermos desenvolver uma boa educação.

Trata-se do conjunto de regras estabelecidas para galgar o caminho para um objetivo educacional. A didática busca meios para que a educação aconteça, e esses meios são direcionados pela pedagogia.

Além disso, o estabelecimento de normas para nortear o ato educativo é fundamentado pela filosofia da educação, que tem como produtora a razão que determina os valores do conhecimento a ser passado.

É essa filosofia que legitima os conceitos da pedagogia em busca do aprendizado. Como a filosofia da educação permite várias abordagens diferentes, há muitas maneiras de se justificar o porquê da adoção de uma proposta pedagógica.

Essa legitimação pode acontecer com base na fundamentação (motivos) ou justificação (meios para atingir os fins). A primeira fase da educação no Brasil segue o modelo primitivo da maioria das civilizações.

Até a chegada dos Portugueses, a transmissão de conhecimento era feita na forma de histórias contadas e registros passados apresentados aos mais jovens.

Depois que os portugueses chegaram ao país, contudo, houve um choque educacional. A Europa tinha um modelo muito diferente do que era praticado pelos indígenas no Brasil, ainda que fossem consideradas as limitações do início do século XVI.

Já havia conceitos difundidos na Europa, norteados principalmente pelo que regia a Igreja Católica. O processo de catequização dos índios foi também a primeira etapa de contato real (ainda que forçado) entre a cultura vigente no Brasil e os conhecimentos oriundos da civilização europeia.

Durante os primeiros anos do regime colonial, a educação aconteceu pela imposição e escravização da população, sem uma troca de informações, os educadores eram os padres jesuítas, que apregoavam as ideias e propostas pedagógicas de sua terra natal para elevar a população brasileira ao patamar que eles consideravam socialmente aceitável.

Essa dicotomia paradigmática entre o que era proposto pelos portugueses e o que era vigente no Brasil não se limitava a costumes e aos valores morais.

Nas aldeias, o modelo pedagógico era muito menos repressivo do que a proposta europeia, com mais liberdade de decisão e conduta para os mais jovens no processo de aprendizagem.

O panorama de repressão e controle dos portugueses vigorou no Brasil até 1759, quando o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do país. Essa decisão criou uma completa desordem no processo educacional da colônia, que se viu órfã de uma proposta pedagógica clara.

A cisão entre o Marquês de Pombal, que era primeiro-ministro de Portugal, e os jesuítas aconteceu em virtude de uma diferença de valores.

Enquanto o político pretendia utilizar o processo educacional para servir os interesses do Estado, os padres insistiam em colocar o ensino a favor da fé.

Depois da expulsão dos jesuítas, o primeiro modelo adotado no Brasil foi o da aula régia, uma aula autônoma e isolada, sem qualquer relação com as outras.

O modelo fracassou e foi amparado em 1772 pelo subsídio literário para a manutenção do ensino, que foi um imposto que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a aguardente e deveria financiar a educação no país.

No entanto, seu recolhimento nunca foi regular e efetivo, dando origem a professores extremamente mal preparados e mal pagos. Essa lacuna de investimento na educação só terminou quando a família real portuguesa resolveu se transferir para o Brasil.

A mudança de Dom João VI para o Brasil foi um marco para o país. Para receber o monarca, foram inaugurados as Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real e o Jardim Botânico.

Para alguns historiadores, esse momento representou a ‘verdadeira descoberta’ do país. O investimento estrutural que antecedeu a chegada de Dom João VI ao país, contudo, não causou grandes mudanças na educação ou na proposta pedagógica do Brasil.

A proposta pedagógica seguiu extremamente atrasada no país, mesmo depois de a família real ter desembarcado na América do Sul.

A família real chegou ao Brasil em 1808, ano em que o Correio Braziliense foi fundado e se tornou o primeiro jornal em língua portuguesa a circular pelo país.

Além disso, Dom João VI abriu os portos às nações amigas de Portugal, o que fez aumentar a circulação de pessoas ligadas a outros modelos educacionais pelo país.

O processo de fomento cultural no Brasil, contudo, sofreu um baque em 1821. Um ano antes, revoltada com a ausência da família real, a população portuguesa havia iniciado uma revolução constitucionalista na cidade do Porto.

Isso fez com que Dom João VI voltasse a sua terra natal, deixando a colônia nas mãos de seu filho, Dom Pedro I, que declarou a independência do país em 1822.

Sob o comando de Dom Pedro I, o Brasil fez uma tentativa de reforma educacional em 1823 e instituiu o método Lancaster, criado para funcionar sem um professor.

Sob a supervisão de um inspetor, um aluno mais avançado transmitia seus conhecimentos para um grupo de dez companheiros.

Independente de Portugal, o Brasil promulgou em 1824 a sua primeira Constituição, baseada nos ideais liberais da constituição francesa. Esse conjunto de leis estabeleceu que a instrução primária e gratuita era um direito de todos os cidadãos.

Dois anos depois, surgiram quatro graus pedagógicos no país: pedagogias (escolas primárias), liceus, ginásios e academias. No ano seguinte, esse modelo foi instituído em cidades e vilas e a seleção de professores começou a ser feita a partir de concursos.

A situação teve uma nova mudança em 1834, quando um ato adicional à Constituição passou às províncias a responsabilidade de administrar o ensino primário e secundário.

Isso deu origem, no ano seguinte, à primeira escola normal do país, situada em Niterói (Rio de Janeiro). Em 1837, na cidade do Rio de Janeiro, foi inaugurado o Colégio Pedro II, com o objetivo de reformular o ensino secundário no país.

Porém, as duas iniciativas naufragaram. Uma nova mudança paradigmática da educação no Brasil só pôde ser vista depois da proclamação da república, em 1889.

Em sua última fala no trono, Dom Pedro II pediu empenho para a criação de um ministério destinado aos negócios da instrução pública.

Nessa época, o percentual de alunos matriculados nas escolas correspondia a 12% dos que tinham idade para tal e o analfabetismo atingia 75% da população.

A primeira mudança educacional do Brasil república foi a reforma Benjamin Constant, que estabeleceu educação gratuita fundamentada na liberdade e tentou substituir a predominância literária no modelo pedagógico por uma supremacia científica.

Esse novo cenário, que procurou fazer dos cursos secundários um estágio de formação para o superior, foi extremamente criticado pela corrente positivista de ensino.

Em 1901, ocorreu uma alteração no sentido contrário. A inclusão da lógica e a retirada de matérias como biologia, sociologia e moral do programa pedagógico acentuou o caráter literário novamente em detrimento da parte científica. Outra ruptura paradigmática aconteceu em 1911, com a reforma Rivadávia Correa.

A ideia básica dessa mudança era transformar o curso secundário em formador do cidadão, deixando de ser apenas um estágio pré-superior. Além disso, o exame de admissão ao ensino superior começou a ser feito diretamente pelas faculdades.

Os resultados dessas alterações foram pífios e aumentaram o índice de brasileiros longe das escolas. Apesar de seguidas mudanças de modelo no início do período republicano, a educação no Brasil seguiu intrinsecamente atrelada à estrutura agrária do país.

Essa realidade só mudou quando o país começou a investir em sua produção industrial, a partir dos anos 1930. O fomento industrial criou uma exigência de mão de obra especializada, e isso deu origem a uma evolução no processo educacional no país.

O cenário nacional caminhou no sentido de aprimorar o nível de instrução das pessoas, e isso pôde ser visto em 1934. Nesse ano, a Constituição estabeleceu pela primeira vez a educação como direito de todos e responsabilidade da família e do poder público.

Além disso, foi fundada a Universidade de São Paulo. A especialização da mão-de-obra foi intensificada ainda mais depois de 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo e promulgou uma nova Constituição.

O modelo educacional passou a ser dividido entre pré-vocacional e profissional, estabelecendo como obrigatório o ensino de trabalhos manuais nas escolas.

Entretanto, em comparação com os primeiros anos do século XX, a educação brasileira teve um período de pouco desenvolvimento no Estado Novo.

Algumas das poucas contribuições incisivas foram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do ensino industrial, além da divisão do ensino secundário entre clássico e científico, que teve aceitação de cerca de 90% dos alunos do colegial.

Depois da saída de Vargas, houve muita discussão acerca das diretrizes básicas da educação nacional, com várias iniciativas nesse sentido durante o fim da primeira metade do século XX.

Em 1962, foram fundados o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional de Alfabetização. Outra iniciativa que apresentou uma nova proposta na educação brasileira foi a fundação da Universidade de Brasília em 1961.

A instituição aboliu o exame vestibular e passou a aceitar alunos baseada no histórico escolar deles durante o segundo grau. O período fértil da educação nacional, contudo, teve fim com a instituição do regime militar.

A maioria dos especialistas em educação do país passou a ser perseguida por conta de seus posicionamentos ideológicos e políticos, e as diretrizes pedagógicas do país foram alinhadas ao pensamento da escola militar.

Durante a vigência da ditadura, em 1971, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tinha como principal traço a predominância do ensino profissionalizante.

Essa foi uma forma que o governo encontrou para aumentar a capacitação do povo para o trabalho de produção sem que isso implicasse no crescimento da elite intelectual contestadora. A situação voltou a mudar com a abertura política do Brasil.

O fim da ditadura retomou a discussão sobre os rumos da educação no país, sobretudo por conta da participação de um número maior de profissionais nas decisões sobre essa área.

Estruturalmente, no entanto, a educação no Brasil não conseguiu obter evoluções sensíveis a despeito das seguidas mudanças.

O ensino secundário passou a ser chamado ensino médio, houve uma profusão de cursos universitários e de avaliações do ensino no país.

A proposta pedagógica vigente, contudo, ainda é fundamentada nas bases retrógradas de criação de mão-de-obra e de preparação para etapas (o vestibular ou o mercado de trabalho, por exemplo), sem um investimento no caráter social da formação. (Guilherme Costa).

É melhor ser sem aparecer do que aparecer sem ser. A crise do ser e do ter. O que é ser e o que é ter?

A sociedade de consumo torna as pessoas até mesmo escravas dos bens. Aquisição de coisas sem necessidade é uma constante. As pessoas não sabem o valor que tem o patrimônio imaterial e valorizam somente o patrimônio material.

Por que a aparência tem maior valor? Tudo se compra até mesmo a felicidade! Escravos do consumismo? É a crise referida. Não se pode esquecer a essência das pessoas. Isso é ser. Tudo mais é ter, parece ser.

Assim como na chamada República dos Oligarcas (1894-1930), no Brasil, tinha-se a figura do 'coronel', isto é, a autoridade política local de perfil autoritário e paternalista, em outros países da América Latina, desde as primeiras décadas do século XIX até o início do século XX, prevaleceu a figura do 'caudilho'.

A diferença em relação à realidade brasileira foi a de que o caudilho apareceu no contexto dos processos de independência das nações latino-americanas, que, em sua maioria, ao contrário do Brasil, não assumiram o caráter de império.

No Brasil, a figura do 'coronel' esteve associada ao advento da República a partir de 1889. Dessa forma, após as guerras por independência, como as empreendidas por Simon Bolívar e outros líderes latino-americanos, o caudilhismo apareceu como um modelo político que sucedeu a antiga administração colonial.

Com os sucessos dessas guerras, muitos militares passaram, posteriormente, a assumir a estrutura político administrativa das regiões libertadas, já que, nesse contexto, as recém-criadas nações latino-americanas não tinham ainda amadurecimento político para suportar os regimes democráticos representativos.

Entre esses líderes, figuraram personalidades como Martin Miguel de Guemes, militar que atuou como caudilho na Argentina, Ramon Castilla, do Peru, Carlos Antonio Lopez, do Paraguai, e Antônio Guzmán Blanco, da Venezuela.

O caudilho significa chefe militar, gerente de forças irregulares que lhe são fiéis; chefe político que possui uma força militar própria.

O desenvolvimento eleitoral em esferas municipais permitiu aos coronéis ampliar seus poderes, pois atuavam diretamente no arrebanhamento de votos para os candidatos que possuíam apoio do governo estadual ou mesmo federal.

Como os coronéis em geral possuíam uma força militar considerável, eles poderiam utilizar a força e o medo para coagir a população a votar em determinado candidato. Importante lembrar que o voto durante a República Velha não era secreto, o que permitia um maior controle dos coronéis sobre as votações.

A partir do aliciamento de votos, os coronéis garantiam uma série de favores que poderiam ampliar seu controle político e/ou econômico local, mas que também poderia incluir favores simples como 'um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora'. ⁶⁶

Atualmente, ainda se pode perceber muitos aspectos do coronelismo, especialmente o voto do cabresto. Muitos eleitores, e cabos eleitorais, se submetem ao jugo do político para manter os seus empregos. Reverberam a vontade daqueles que oferecem o emprego, mesmo com vencimentos insignificantes.

O ensino da filosofia, por exemplo, pressupõe o desenvolvimento de algumas habilidades fundamentais, como a capacidade de constituir problemas a partir da crítica a pressupostos aparentemente naturalizados, a capacidade de articular problemas em campos aparentemente dispersos, desenvolvendo assim um forte pensamento de relações e quebrando a tendência atual em isolar o pensamento em especialidades incomunicáveis.

Isso significa ser capaz, por exemplo, de compreender como questões éticas têm relações com questões de teoria do conhecimento, de estética, de política e de lógica, entre outras.

E essa é sua característica mais impressionante, o aprendizado da filosofia pressupõe a capacidade de pensar como outro.

Um país se faz com homens e livros (Monteiro Lobato). Os livros não mudam o mundo, quem muda o Mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas (Mario Quintana). Vamos mudar com os livros, para melhorar o mundo!

A história do livro é uma história de inovações técnicas que permitiram a melhora da conservação dos volumes e do acesso à informação, da facilidade em manuseá-lo e produzi-lo.

Essa história está intimamente ligada às contingências político-econômicas e à história de ideias e religiões. Na Antiguidade surge a escrita, anteriormente ao texto e ao livro.

A escrita consiste de código capaz de transmitir e conservar noções abstratas ou valores concretos, em resumo: palavras.

É importante destacar aqui que o meio condiciona o signo, ou seja, a escrita foi em certo sentido orientada por esse tipo de suporte; não se esculpe em papel ou se escreve no mármore.

Na idade Média o livro sofre um pouco, na Europa, as consequências do excessivo fervor religioso, e passa a ser considerado em si como um objeto de salvação.

A característica mais marcante da Idade Média é o surgimento dos monges copistas, homens dedicados em período integral a reproduzir as obras, herdeiros dos escribas egípcios ou dos *librai* romanos.

Nos mosteiros era conservada a cultura da Antiguidade. Apareceram nessa época os textos didáticos, destinados à formação dos religiosos.

No Ocidente, em 1455, Johannes Gutenberg inventa a imprensa com tipos móveis reutilizáveis, o primeiro livro impresso nessa técnica foi a Bíblia em latim.

Houve certa resistência por parte dos copistas, pois a impressora punha em causa a sua ocupação. Mas com a impressora de tipos móveis, o livro popularizou-se definitivamente, tornando-se mais acessível pela redução enorme dos custos da produção em série.

Com o surgimento da imprensa desenvolveu-se a técnica da tipografia, da qual dependia a confiabilidade do texto e a capacidade do mesmo para atingir um grande público.

As necessidades do tipo móvel exigiram um novo desenho de letras; caligrafias antigas, como a Carolínea, estavam destinadas ao ostracismo, pois seu excesso de detalhes e fios delgados era impraticável, tecnicamente, o livro deve ser composto de um grupo de páginas encadernadas e ser portátil.

Entretanto, mesmo não obedecendo a essas características, surgiu em fins do século XX o livro eletrônico, ou seja, o livro num suporte eletrônico computadorizado.

Em 1994, o crítico americano Harold Bloom publicou a obra *O Cânone Ocidental*, em que discutia a influência dos grandes livros na formação do gosto e da mentalidade do ocidente.

Bloom considera a tendência de se abandonar o esforço em se criar cânones culturais nas universidades, para evitar problemas ideológicos, problemática para o futuro da educação, existe também uma das maiores obras do tipo no mundo escrita pelo austro-brasileiro Otto Maria Carpeaux no princípio da década de 1940 a chamada *História da Literatura Ocidental*.

Nos livros de história das escolas da América Latina, 1492 costuma ser apresentado como o ano em que Cristovão Colombo chegou ao território americano.

Mas também foi o ano de outro evento que deixou um imenso legado no continente, segundo um novo estudo que analisou o DNA de milhares de pessoas da América Latina, inclusive do Brasil.

Em 1492, os Reis Católicos da Espanha, Isabel de Castilha e Fernando de Aragão, expulsaram todos os judeus do reino, no início do que seria uma perseguição brutal de décadas contra esse grupo religioso.

Para permanecerem no território, os judeus precisavam comprovar conversão ao catolicismo. O decreto de expulsão foi redigido pela autoridade máxima.

No entanto, um novo estudo demonstra não apenas que muito mais judeus convertidos viajaram ao continente americano do que se pensava, mas também a marca genética que deixaram em muitos latino-americanos.

‘Na atualidade, a população da América Latina apresenta uma maior afinidade com o perfil genético dos judeus sefarditas que os espanhóis’, disse à BBC Mundo o pesquisador Juan Camillo Chacón Duque, especialista em genética populacional e principal autor do estudo publicado na revista científica *Nature Communications*.

O cientista, que também teve o DNA analisado, encontrou resultados surpreendentes sobre os próprios ancestrais. (Alejandra Martins).

A informação disseminada de forma massificada como um torpedo faz com que deixemos de analisar com profundidade todos os temas que nos chega.

Essa superficialidade no cotejo do manancial de informações é que leva à inconsciência dos fatos. A instantânea verificação de fatos em termos globais